

A Educação Libertadora e o enfrentamento à LGBTQIA+fobia: possibilidades e desafios para a formação de professores

Alexandre Adalberto Pereira¹

Wollacy Esquerdo Lima²

Resumo: O presente artigo buscou analisar as contribuições da Educação Libertadora para a formação de professores, no que se trata do enfrentamento à LGBTQIA+fobia na educação. Entende-se que este modelo educacional proposto por Paulo Freire em suas obras, contribui significativamente para a compreensão crítica da diversidade sexual nas escolas, sendo entendida, como uma possibilidade de enfrentamento à LGBTQIA+fobia, por ser considerada uma contraposição aos modelos bancários de educação, propostos pelas políticas educacionais contemporâneas. Para se chegar aos resultados, optou-se pela pesquisa bibliográfica, que ajudou na compreensão dos fatos que cercam a formação como um todo. Concluiu-se que a educação libertadora é considerada uma ameaça aos modelos propostos pelas políticas educacionais cercadas pelo neoconservadorismo e o neoliberalismo.

Palavras-chave: Educação Libertadora. Formação de Professores. LGBTQIA+fobia.

Liberating Education and tackling LGBTQIA+phobia: possibilities and challenges for teacher training

Abstract: This article sought to analyze the contributions of Liberating Education to teacher training in terms of tackling LGBTQIA+phobia in education. It is understood that this educational model proposed by Paulo Freire in his works contributes significantly to a critical understanding of sexual diversity in schools, and is seen as a possibility for tackling LGBTQIA+phobia, as it is considered a counterpoint to the banking models of education proposed by contemporary educational policies. To arrive at the results, we opted for bibliographical research, which helped us understand the facts surrounding education as a whole. It was concluded that liberating education is considered a threat to the models proposed by educational policies surrounded by neo-conservatism and neo-liberalism.

Keywords: Liberating Education. Teacher training. LGBTQIA+phobia.

¹ Alexandre Adalberto Pereira. Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP), Campus Marco Zero, Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: pereiraxnd@unifap.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4029-1415>.

² Wollacy Esquerdo Lima. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá. Coordenador dos Cursos de Licenciatura da Faculdade Madre Tereza. Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: wollacylima@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8583-2994>.

Educación Liberadora y abordaje de la LGBTQIA+fobia: posibilidades y retos para la formación del profesorado

Resumen: Este artículo buscó analizar los aportes de la Educación Liberadora a la formación docente en lo que respecta al abordaje de la LGBTQIA+fobia en la educación. Se entiende que este modelo educativo propuesto por Paulo Freire en sus obras contribuye significativamente a una comprensión crítica de la diversidad sexual en las escuelas, y se ve como una posibilidad para hacer frente a la LGBTQIA+fobia, ya que se considera un contrapunto a los modelos bancarios de educación propuestos por las políticas educativas contemporáneas. Para llegar a los resultados, optamos por la investigación bibliográfica, que nos ayudó a comprender los hechos que rodean a la educación en su conjunto. Se concluyó que la educación liberadora es considerada una amenaza a los modelos propuestos por las políticas educativas rodeadas de neoconservadurismo y neoliberalismo.

Palabras clave: Educación liberadora. Formación del profesorado. LGBTQIA+fobia.

1 Considerações Iniciais

Inicia-se este artigo apresentando algumas discussões conceituais à luz da educação libertadora como modelo educacional, a partir de uma ideia norteadas pelo pensamento de construção de liberdade, manifestada por experiências educacionais de Paulo Freire³. Nesta discussão, a educação escolar é apontada como fator primordial para libertação dos sujeitos frente a processos hegemônicos que controlam os espaços formativos ao longo dos séculos.

Pensar a educação sob um viés libertador é um grande desafio. Primeiramente, é preciso uma reflexão sobre como as políticas educacionais estão entrelaçadas aos preceitos do capitalismo, o qual, para manter-se na sua aparente imaculada homeostase, faz junção de ideologias pós-modernas neoliberais e neoconservadoras em prol da sua pretensa incontestabilidade. Essa junção tende à naturalização desse padrão de opressão, quando, nas condições concretas de sua manutenção, o que promove é um modelo de sociedade marcado pela divisão de classes, que se retroalimenta da exclusão e de diversas e interseccionais camadas de opressão de gênero, raça e sexualidade.

Nesse contexto de desigualdade promovida e reiterada na barbaridade do capital a moralidade conservadora ganha protagonismo na atualidade para decidir os padrões normativos de gênero centrados no machismo, de família centrados na heterossexualidade compulsória, reprodutiva e patriarcal com a expressa exclusão dos direitos reprodutivos

³Conhecido como o patrono da educação brasileiro, nasceu em Recife em 1921, faleceu em São Paulo em 1997, desenvolveu um trabalho educacional, como educador, pedagogo e filósofo no Brasil, fomentou discussões nas bases educacionais por sua notável concepção crítica-dialética ao cenário educacional, tornando-se um dos pensadores na história da pedagogia.

de mulheres, bem como em padrões raciais e de sexualidade centrados no racismo e LGBTfobia, respectivamente. Nesse contexto a diversidade é um conceito que, desde esse ponto de vista, é o resultado de amplos e históricos processos opressores de desigualdade que são, propriamente, estruturais do capital e cujo o efeito mais perverso é a marginalização todas e todos que não se encaixam nesses padrões.

Na contramão desses processos hegemônicos, a educação libertadora, defendida por Freire, é um importante fator de denúncia contra discursos preconceituosos que se entrelaçam entre as diversidades e suas relações com a escola. Aponta-se que o diálogo crítico é capaz de desenvolver nos educandos uma nova leitura do mundo em que vivem, facilitando, assim, a aceitação das diferenças na sociedade.

Paulo Reglus Neves Freire foi o principal idealizador de uma proposta educacional fundamentada no diálogo e no desenvolvimento da consciência crítica. Freire fundamentou seus estudos na educação como um ato político de denúncia aos modelos bancários de educação. Seu legado, nos leva a compreender que todo ato educativo é ato político por si, e desse modo, nunca é neutro, uma vez que como ato político dimensiona a construção do conhecimento, assim como a criação de uma sociedade firmada na certeza da justiça, da solidariedade e da valorização da humanidade.

A partir destes apontamentos, chegou-se a seguinte questão de pesquisa: como o debate da Educação Libertadora na formação de professores, contribui para o enfrentamento à LGBTQIA+fobia na educação?

Buscou-se a partir da questão que norteia esta pesquisa, investigar os processos que cercam a educação contemporânea, e as possibilidades de enfrentamento à LGBTQIA+fobia, através dos pressupostos do modelo educacional defendido por Paulo Freire.

2 Caminho metodológico

Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a construção desta pesquisa e o alcance do objetivo, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, definida por Torozoni Reis (2009) como um tipo de pesquisa que está inserida no meio acadêmico com a finalidade de aprimoramento e para a atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.

Foram levantadas diversas pesquisas sobre a educação libertadora e a temática da diversidade sexual e do enfrentamento à LGBTQIA+fobia na educação, porém é importante destacar que nas regiões amazônicas não foi encontrada nenhuma pesquisa que englobasse as temáticas discutidas neste artigo, confirmando sua relevância social e acadêmica.

Romão (2003, p. 14) advoga que “as inovações freirianas não dizem respeito a conteúdos, mas à maneira de pensá-los. Em outras palavras, sua contribuição é mais no sentido pragmático, uma nova maneira de relacionar e de ler a realidade, do que no campo das ideias inéditas”. Neste diapasão, Freire (1981) advoga que o homem não pode conhecer-se a si mesmo a partir do pensamento dos outros e sim pela sua própria realidade. Um homem não pode ser receptáculo do conhecimento de outrem. Precisa ser o sujeito do próprio conhecimento, ser um sujeito do conhecimento (Freire, 1981). Essa compreensão do conhecimento leva a reflexão de subjetividades que existem entre as pessoas acerca de determinada realidade, por esse motivo, esta pesquisa se fundamenta nos estudos da Diversidade sexual e do enfrentamento à LGBTQIA+fobia na formação de professores.

3 LGBTQIA+fobia nas escolas

A educação contemporânea brasileira tem vivenciado grandes transformações pelas quais os debates sobre uma educação pautada na diversidade perdem espaço nas escolas, causando uma diversidade de violências contra alunos que fogem das normas de religião, sexualidade, gênero, raça e etnia, as quais os grupos dominantes autodeclaram como normativas. Nessa perspectiva, surgem diversos tipos de preconceitos como intolerância religiosa, racismo, xenofobia e a LGBTQIA+fobia, que é o principal foco desta discussão.

Sobre a LGBTQIA+fobia, Nilson Fernandes Diniz (2011) diz que a gênese desta terminologia reside na expressão homofobia, que foi assinalada pela primeira vez pelo psicólogo George Weinberg, ainda nos anos 1960/70. Para ele, essa terminologia denomina o temor ou aversão de se estar no mesmo ambiente que homossexuais ou, ainda, em contato próximo com esses sujeitos. Ventimiglia e Menezes (2020) analisam essa aversão a sujeitos LGBTQIA+ como uma violência:

Esse tipo de violência se baseia na concepção de que exista uma sexualidade “normal” e que carrega consigo normas e padrões estabelecidos por uma

sociedade enraizada no patriarcado, sexismo e binarismo no qual se afirma que homens e mulheres têm papéis definidos, incluindo comportamentos e modos de expressão de gênero (p. 47).

Nesse caminho teórico percorrido, percebe-se que nessa busca pela volta ao passado baseada em valores morais pautados em “revivificação” de um passado no qual as pessoas conheciam os seus lugares e os papéis sociais estavam intimamente ligados ao patriarcado, sexismo e binarismo, os sujeitos LGBTQIA+ passam a ser perseguidos por serem desviantes dos padrões estabelecidos na sociedade ao longo dos séculos. Ainda para o autor, ele afirma que a LGBTQIA+fobia “é legitimada por uma cultura que condena quaisquer práticas ou comportamentos não heterossexuais” (Ventimiglia; Menezes, 2020, p. 47). Desta maneira, dentro de uma cultura marcada pelo machismo, binarismo e sexismo, todas as orientações sexuais e identidades de gênero diferentes desse contexto representam uma afronta à masculinidade e aos padrões de família, subsidiados pelo moralismo neoconservador.

Ventimiglia e Menezes (2020) salientam para o fato de que, no Brasil, a violação de direitos humanos da população LGBTQIA+ e caracteriza como um padrão que engloba uma imensidade de abusos, discriminações e outras violências. Nesse sentido, eles explicam que:

Essas violações perpassam diversas áreas do indivíduo LGBT e vão desde a negação de oportunidades de emprego e educação, violação da cidadania até agressões físicas, estupros corretivos, agressões sexuais, tortura e homicídios. Se o sujeito LGBT pertencer a um dos grupos sociais de vulneráveis, como mulheres, negros e pessoas com deficiência, esse quadro pode se agravar em decorrência do acúmulo de vulnerabilidades (p. 47).

No cenário apresentado por Ventimiglia e Menezes, torna-se fundamental considerar que a própria estrutura de opressão é composta por camadas interseccionais de gênero, raça e sexualidade. As ideologias neoconservadoras enfatizam valores tradicionais que invalidam as identidades de gênero e a diversidade sexual, questionando essas existências como anormais, doentias, abjetas dentro de uma cesta de outras invalidações. Desse modo, atuam reforçando padrões de normalidade que marginalizam identidades de gênero e orientação sexual dissonantes. Esse contexto de homogeneização não apenas perpetua os estereótipos e os preconceitos, como também demarcam significativas fronteiras para o acesso à educação para pessoas LGBTQIA+.

Assim, nessa conjuntura, qual seja: a de uma configuração social alicerçada em discursos conservadores, que ganham força no Brasil com o apoio de igrejas neopentecostais e de representantes legislativos com pautas morais comuns, a introdução

dessa padronização nas escolas é apresentada como um plano de "proteção às famílias tradicionais". Essas estratégias têm contribuído negativa e significativamente para a perseguição de pessoas LGBTQIA+ nas escolas, devido à propagação de discursos que reafirmam heterossexualidade cisnormativa e masculina em relação às demais orientações sexuais e identidade de gênero.

Rosa (2016), em sua tese de doutorado, apresenta um processo de “escolarização” dos processos opressivos contra LGBTQIA+ Ele afirma que esse processo se caracteriza por:

[...] meio de apelidos, brincadeiras, zuação e palavrões que tem por finalidade a prática discriminatória destes sujeitos, e, como a escola pouco ou nada faz em relação a essas práticas, os enunciados se fortalecem e resultam mais uma vez em exclusão, abandono escolar, suicídio e diferentes formas de violência (p. 211).

Ao se analisar os caminhos percorridos nesta discussão, pode-se apontar as novas configurações políticas e sociais que reverberam na sociedade, e por meio delas a escola passa a ser um espaço de legitimação daquilo que a nova direita propõe como ideologia doutrinária. Vista como movimento contemporâneo a nova direita que surge como uma reação às políticas progressistas, buscando reforçar valores tradicionais e conservadores dando uma significativa ênfase em valores tradicionais, particularmente em questões de família, religião e moralidade. Esse movimento frequentemente se posiciona contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os direitos LGBTQIA+, o feminismo e a educação sexual nas escolas.

Com essas características, as escolas passam a fabricar identidades normais e identidades subalternas. Louro (1997) ressalta que:

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporado por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros, e os sabores “bons” e descentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença. [...] Através de múltiplos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes (p. 61-62).

Nesta perspectiva, as escolas passam a refletir padrões da sociedade contemporânea, as quais normatizam os sujeitos a seguirem padrões de controle da sexualidade, e isso é intrinsecamente conectado a visões da heterossexualidade compulsória que transformam a escola em um ambiente de vigilância sobre os corpos desviantes da configuração social

aliançada entre neoconservadores e neoliberais. Nesse sentido, reafirmam-se as discussões dos tópicos anteriores, nas quais se pode entender que a LGBTQIA+fobia na contemporaneidade está diretamente ligada aos valores, mecanismos de exclusão, relações de poder, estruturas hierarquizantes, sistemas de crenças e padrões que naturalizam apenas a heterossexualidade no contexto social e escolar.

Nesse sentido, para manter-se um discurso normativo em torno da sexualidade, existe a necessidade de desestabilização de sujeitos LGBTQIA+ nos espaços educativos. Essa desestabilização se fortalece em preceitos nos quais LGBTQIA+ se apresentam “fora dos padrões sexistas estabelecidos pela sociedade e se comportarem de modo a diferir do que se tem como típico para os comportamentos de meninas e de meninos” (Ventimiglia; Menezes 2020, p. 50). Essas ações nos espaços educativos geram grandes efeitos nas vidas de estudantes LGBTQIA+, devido ao fato de que as escolas se ausentam de medidas de combate a essas práticas em seu ambiente, fortalecendo, assim, a naturalização da LGBTQIA+fobia. A omissão da escola acerca do combate a LGBTQIA+fobia perpetua a invisibilidade. Louro (1997) afirma:

Ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda eliminá-los, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejar-los/as. Aqui, o silenciamento – a ausência da fala aparece como uma espécie de garantia da “norma” (p.67)

7

Dentro do processo de transformação da educação brasileira, compreende-se que a ausência da discussão sobre LGBTQIA+fobia nos espaços escolares tem partido dos interesses neoconservadores que usam da moralidade e de preceitos religiosos para atacarem a diversidade sexual e, na mesma proporção, retirarem das escolas as discussões sobre as temáticas que versam principalmente sobre questões de sexualidade.

Desse modo, depreendemos que a violência LGBTQIA+fóbica nas escolas constitui um desafio permanente, pois conforme Borrillo (2009), a homofobia não se limita a atos individuais discriminatórios uma vez que se trata de um fenômeno histórico e estrutural que permeia a sociedade como um todo e que reverbera no ambiente escolar perpetuando hostilidades, intimidações e exclusões.

Sob esse ponto de vista, a promoção de um ambiente escolar inclusivo e respeitoso em relação à diversidade sexual e identidade de gênero depende significativamente da implementação de políticas públicas educacionais e do apoio de dos movimentos sociais, pois conforme Junqueira (2009):

A criação de condições para lidar de maneira adequada com os temas relativos à diversidade sexual e aos direitos sexuais nas escolas depende, em grande medida, de políticas públicas de educação e de mobilizações sociais que objetivem desestabilizar a produção de hierarquias, opressões e clivagens concernentes tanto aos padrões heteronormativos, que historicamente modularam e modulam as relações de gênero, quanto às dinâmicas de (re)produção de diferenças e desigualdade (p. 163).

Em certa medida, a escola age de forma dialética, ora perpetuando os sistemas de opressão, ora promovendo debates críticos. Porém a ausência de políticas educacionais efetivas no combate às opressões, o trabalho docente se torna muitas vezes árduo e solitário. O capitalismo, ao se fundir com ideologias neoconservadoras, colabora na manutenção da exclusão e discriminação. As ideologias neoliberais determinam o etos social onde predomina o individualismo em detrimento do bem-estar coletivo. Desse modo, tende a ignorar profundamente a complexidade das profundas desigualdades estruturais e as diversas formas de opressão.

Sendo assim, percebe-se que as alianças ideológicas em torno da educação padronizaram as discussões, os mecanismos de avaliação e os currículos, como suporte para o resgate do controle do que se discute nas escolas. E como consequência disso, milhares de LGBTQIA+ têm sido vítimas de violências todos os dias dentro e fora das escolas, devido à neutralidade destas escolas em relação aos problemas que as acometem. Paulo Freire, já nos anos 1980 alertava para os perigos da presença destas ideologias nas escolas, ao afirmar que:

A ideologia dominante marca sua presença na sala de aula, em parte tentando convencer o professor de que ele deve ser neutro, a fim de respeitar os alunos. Esse tipo de neutralidade é um falso respeito pelos estudantes. Ao contrário, quanto mais me calo sobre concordar ou não concordar, em respeito aos outros, mais estou deixando a ideologia dominante em paz (Freire, 1987, p. 105).

Com isso, a educação pautada na neutralidade, isenta de discussões de diversidade sexual e regulada por bases nacionais comuns curriculares, é o cenário perfeito para o fortalecimento da ideologia dominante propagadora de diversas discriminações, como a LGBTQIA+fobia.

4 A Educação Libertadora de Paulo Freire

No campo educacional, um dos principais desafios é a desconstrução do modelo bancário de educação, que muitas vezes passa despercebido em meio às políticas educacionais. Oliveira (2021) descreve este modelo como um ciclo de transmissão de conhecimento que impossibilita o uso da perspectiva dialógica nos processos

educacionais, ciclo que vem mantendo o controle da visão social, impedindo a compreensão da realidade pelos educandos.

O modelo bancário de educação é pautado na perspectiva antidialógica, conceituada por Freire (2005) como uma forma de negação aos processos de diálogo por fundamentar-se em preceitos como “o educador é o que diz a palavra; os educandos escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados” (Freire, 2005, p. 68). Nesta lógica, compreende-se que o professor irá “depositar” os conteúdos nas cabeças dos educandos, como se fossem recipientes a serem preenchidos, sendo estes impossibilitados de buscar a conscientização sobre sua própria realidade.

Feitosa, Santos e Silva (2022), em uma análise contemporânea, destacam que, sobre o modelo bancário de educação, este se faz presente de forma escancarada desde o alinhamento da extrema direita aos princípios neoliberais, e o conceituam como educação bancária homogeneizadora, a qual busca formar um “sujeito homogêneo adaptado à lógica de reprodução de uma sociedade de classes baseada na exploração do homem pelo homem” (Feitosa; Santos; Silva, 2022, p. 211). Neste viés ideológico, a educação bancária serve como um aporte para o adestramento dos educandos, ao invés de emancipá-los, sendo conceituada pelos autores mais como uma forma de escravização do que de libertação.

Freitas (2018) aponta que a inserção da nova direita no Brasil tem causado diversas mudanças nas políticas educacionais, devido ao seu caráter padronizador sobre o que se ensina nas escolas. Para esse autor, eles usam do controle da educação por bases nacionais comuns curriculares para manter o total domínio sobre o que se ensina nas escolas. Em uma análise crítica sobre estes processos, Feitosa, Santos e Silva (2022) descrevem que:

[...] a educação do trabalhador deve ser pautada em um receituário homogeneizador, ou seja, por meio de documentos “norteadores” que buscam prever objetivos comuns de aprendizagem e desenvolvimento a todos os educandos, sem levar em consideração a realidade de cada sujeito (a exemplo, podemos citar a Base Nacional Curricular Comum – BNCC, documento de caráter normativo e instrumental (p. 212).

Nesta perspectiva, o controle da educação por políticas educacionais neoliberais tem intensificado a reprodução da perspectiva antidialógica. Compreende-se que a implantação de documentos “norteadores” contribui fortemente para a reprodução do modelo antidialógico, conceituado por Freire (2005) como um conjunto de práticas que visam à manipulação e ao impedimento do indivíduo pensar por si próprio. Nesta

concepção, este sujeito deve alinhar-se aos modelos de dominação, como conceitua Santos (2019):

Os sujeitos sociais (re)produtores do capital precisam estar moldados de acordo com o novo padrão de ser, viver e produzir. Precisam ser flexíveis, mutáveis, ter competências e habilidades que os permitam lidar com rápidas mudanças no cenário produtivo, ser competitivos, empreendedores, colaboradores, entre tantas outras características da acumulação flexível do capital (p. 60-61).

Compreende-se que a formação do sujeito deve estar alinhada à competitividade do mercado, na formação de mão de obra para o capital. Esta característica é denunciada por Freitas (2018) quando descreve que a educação passa por um processo de reforma empresarial, que usa de características gerenciais para controlar os processos formativos. Este gerencialismo se deu através do modelo empresarial, que tem intensificado a formação de sujeitos reprodutores do capital, sem qualquer pensamento crítico sobre sua realidade.

Feitosa, Santos e Silva (2022) apontam que a Pedagogia freireana se contrapõe à perspectiva de formação imposta pela nova direita. Para esses autores, os estudos de Freire são frequentemente atacados por defensores da nova direita por propor uma educação problematizadora, que questiona os processos de dominação e preza pela libertação dos sujeitos. É nesta perspectiva que surge a proposta da educação libertadora, pensada por Freire como pressuposto para a libertação dos sujeitos.

Prado (2016), em sua tese de doutorado, diz que a educação libertadora surge a partir da problematização da educação bancária, caracterizada pelo autor como hierarquizada. É desde esta problematização que Freire propõe uma educação dialógica, que subsidiará no desenvolvimento do pensamento crítico com vistas às necessidades cotidianas de cada educando. Esta proposta da pedagogia da liberdade é pensada sob um viés prático e articulado ao “processo de alfabetização com a ideia de conscientização das massas” (Prado, 2016, p. 39).

Vale destacar que Paulo Freire iniciou esta perspectiva de educação como um método de Alfabetização de Jovens e Adultos, o qual consistia em ensinar o educando a ler e a escrever “com base em palavras-mundo do vocabulário real do educando, as quais expressavam sua cultura” (Feitosa; Santos; Silva, 2022, p. 208). Este modelo educacional contribuiu significativamente para a reflexão sobre a realidade em que se encontravam seus educandos, uma grande maioria de analfabetos que, após a vivência com esta pedagogia, “começaram a refletir acerca do trabalho que desenvolviam, passaram a ler,

compreender e a exigir inúmeros direitos que outrora desconheciam possuir, como o direito a férias, por exemplo” (Feitosa; Santos; Silva, 2022, p. 209).

Paulo Freire afirma que a educação como prática de liberdade se fundamenta na dialogicidade. Para ele, o diálogo é um fenômeno humano que possibilita a pronúncia do mundo, e que se faz presente na ação e reflexão. De acordo com, Prado (2016) afirma que:

A existência humana, não pode ser muda ou silenciada, pois em sua essência pressupõe pronunciar o mundo e o transformar, num processo de problematização vivenciado pelos que o pronunciam, exigindo uma constante reflexão e ação. Essa práxis transformadora do mundo é direito de todo ser humano. O diálogo é o caminho pelo qual a existência humana ganha significação, daí ser uma exigência existencial. Freire concebe a pronúncia, que nasce do encontro humano, como ato criador, que não busca a conquista do outro, mas a conquista do mundo para a libertação humana (p. 80).

Acerca disso, Freire (1981) afirma que o diálogo é um encontro do homem com o mundo. Este fenômeno é definido por ele como um ato de transformação da existência humana, e que é através do diálogo que a existência humana ganha significação. Essa característica da educação proposta por Freire contribui para a conscientização do homem sobre os processos históricos que envolvem a sua existência, e está fundamentada na humildade e faz críticas à autossuficiência. O autor afirma que: “A auto-suficiência é incompatível como diálogo. Os homens que não tem humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo” (Freire, 1981, p. 95).

O diálogo deve ser fundamentado no amor, o que não permite relação de dominação, pois o amor é um ato de coragem, de superação do medo e de compromisso com o outro, e por isso se torna libertador. Nos processos educativos, o diálogo é a essência da construção do pensamento crítico. Prado (2016) diz que o pensamento crítico contribui para a aceitação do outro e a compreensão da vida real.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, Freire pontua que os princípios de uma educação dialógica estão baseados no respeito à cultura do outro, que parte para a compreensão da realidade, problematização e sua superação. Para o autor: “A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível de adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas” (Freire, 1996, p. 28).

Esta perspectiva defendida por Paulo Freire vai na contramão dos processos ideológicos que envolvem a sociedade contemporânea. A inserção da nova direita no

Brasil sob princípios neoliberais e neoconservadores na política e consequentemente na educação, são fatores determinantes para a manutenção da estrutura social do capitalismo, que se fundamenta na opressão do homem pelo homem, e os espaços que deveriam ser entendidos como espaços de interação reproduzem essa estrutura, como “no trabalho (patrão, empregado), em casa (marido, esposa, filhos), na igreja (líder religioso, fiéis), na escola (professor, aluno) dentre outros” (Feitosa; Santos; Silva, 2022, p. 215). Sob esta compreensão, os autores apontam a pedagogia freireana como sendo inimiga da nova direita, com base na ideia de que os ideais desta junção ideológica são contrários ao fundamento desta pedagogia.

A educação libertadora, descrita em *Pedagogia da Autonomia*, defendida por Freire (1996) exige o respeito aos saberes do educando, criticidade, estética e ética; exige a generosidade, saber escutar, além de reconhecer que a educação é ideológica. Estas características da educação, em Freire, partem da necessidade do diálogo na prática docente, apontando-o como fator determinante para despertar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Estes princípios da Pedagogia freireana são indispensáveis para a consciência crítica dos educandos em relação a processos de exclusão que envolvem as relações sociais.

Na contemporaneidade, os processos formativos passam por inúmeras reformulações que tendem a perpetuar a educação bancária nos métodos de ensinar. No sentido contra-hegemônico, é preciso compreender que “a escola é o lugar da ciência, da pesquisa, da rigorosidade metódica, do pensamento e da reflexão, e não deve ser constituída por uma racionalidade ‘fabril e produtiva’ de trabalhadores coletivos em larga escala para atender demandas de mercado” (Feitosa; Santos; Silva, 2022, p. 216).

Este é um grande desafio da contemporaneidade: lutar contra a escola neoliberal que usa da Base Nacional Comum Curricular para retirar o diálogo, a compreensão crítica e a leitura da realidade construída pelos educandos. Esse modelo educacional proposto pela nova direita fundamenta-se no tradicionalismo e na concepção bancária de educação, que por intermédio de competências e habilidades busca preparar os educandos para a competitividade do mercado, sem que tenham consciência de sua condição de oprimido.

Portanto, a educação sob os princípios freireanos assume um caráter político que questiona a estrutura de exploração e organização social, sendo:

[...] uma ameaça para o setor da sociedade que vive da exploração e defende uma educação bancária conservadora, setor este que tanto teme a educação problematizadora proposta por Freire, a qual se converte a cada dia mais no desassossego de tantos, mas também na esperança daqueles que almejam uma

educação capaz de libertar e promover a transformação social (Feitosa; Santos; Silva, 2022, p. 217).

Portanto, diante de uma leitura crítica sobre a realidade social vigente, compreende-se que os estudos de Paulo Freire sempre apontavam para a necessidade de compreender as estruturas de poder e dominação que se fazem presentes na sociedade. É sob este viés que este estudo faz denúncias aos modelos bancários de educação na atualidade, os quais buscam perpetuar os preceitos do capitalismo em manter a divisão de classes, gêneros, sexualidades, raças, etnias e outros, através de ideologias e práticas antidialógicas e acríticas.

Compreende-se que o diálogo, enquanto precursor do pensamento crítico, é um fator primordial para a problematização de processos excludentes nos ambientes educativos. Esta característica da educação libertadora é fundamental para a leitura da realidade que a sociedade brasileira tem vivido com a inserção da nova direita. Barroco (2021) detalha esse momento como uma perseguição contra as expressões da diversidade, incluindo trabalhadores, camponeses, LGBTQIA+, negros e outros.

Neste cenário, a falta de compreensão da própria realidade e dos problemas sociais permite que haja a naturalização de processos opressivos nos ambientes escolares, como o racismo, a LGBTQIA+fobia e o sexismo, entre outros. Em uma análise crítica, compreende-se que a naturalização se dá pela ausência do diálogo sobre os problemas sociais que envolvem a pluralidade, sendo este um fator determinante para o fortalecimento da nova direita e seus ideais.

No sentido contra-hegemônico, Freire e Shor apontam que: “O diálogo sela o relacionamento entre os sujeitos cognitivos, e podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade” (Freire; Shor, 1987, p. 65). Nesta perspectiva, o diálogo é a chave para a luta por aceitação, construção da identidade de resistência e enfrentamento de processos opressivos. Porém, este diálogo deve ser pautado no amor ao próximo e cheio de esperança de transformação social.

5 Os estudos da Diversidade Sexual na Educação Libertadora: desafios e perspectivas para a formação de professores como possibilidade de enfrentamento à LGBTQIA+fobia

A pertinência do neoconservadorismo e do neoliberalismo no Brasil produz um cenário, apontado por Luiz Carlos de Freitas (2018) na obra *A reforma empresarial da educação*, como uma forma de neutralizar o pensamento crítico dos envolvidos no

processo educativo. Estas ideologias reproduzem pensamentos autodenominados de contrários à aceitação das diversidades, além de elaborarem políticas educacionais pensadas para a manutenção da mão de obra qualificada, excluindo qualquer tipo de discussão que fuja das competências e habilidades desta base ideológica de poder. Para Frigotto (2018), a exclusão de discussões que englobam problemas sociais representa uma forma escancarada “de assegurar a criminalização do conhecimento histórico e de formação humana, disseminar a intolerância e o ódio aos movimentos sociais, movimentos de mulheres, de negros, de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transgêneros” (Frigoto, 2018, p. 18).

Na contramão do que se espera dos processos educacionais, os ambientes formativos deixam de utilizar conhecimentos baseados em uma perspectiva crítica, tornando-se instituições voltadas à lógica do mercado, o que influencia nas decisões políticas e dificulta o processo de humanização de grupos historicamente excluídos. Para Frigotto (2008), estes ambientes formativos contribuem para:

[...] produção do conhecimento e sua socialização ou negação para determinados grupos ou classes não é alheia ao conjunto de práticas e relações que produzem os homens num determinado tempo e espaço. Pelo contrário nelas encontra a sua efetiva materialidade histórica (p. 43)

Diante disso, entende-se que quando não há o enfrentamento ou a negação da percepção – da parte dos professores e professoras – de problemas sociais causados pela sociedade capitalista e neoconservadora, conseqüentemente, estes docentes não problematizam a realidade social, nem mesmo almejam a transformação da realidade, pois possuem uma visão limitada desta. Como consequência dessa visão limitada da realidade social, os grupos LGBTQIA+ tendem a ser negados nos espaços escolares.

No sentido contra-hegemônico, se os docentes conseguem problematizar a realidade social, são capazes de compreender as influências neoconservadoras e neoliberais sob a LGBTQIA+fobia nos ambientes escolares, e isso os levará à tomada de consciência das estruturas de poder que regulam as sexualidades. Saviani (2012) afirma que a “problematização, implica na tomada de consciência dos problemas da prática social; instrumentalização, pela qual os educandos se apropriam dos instrumentos teóricos e práticos necessários para a compreensão e solução dos problemas detectados” (Saviani, 2012, p. 111).

Na formação de professores, o ato educativo deve ser entendido como um processo teórico e prático. Saviani (2011, p. 15) afirma que esse ato deve acontecer no

interior da prática social, articulando seus aspectos teóricos e práticos que se sistematizam na pedagogia concebida ao mesmo tempo como teoria e prática da educação. Esta visão pedagógica é necessária para os estudos da diversidade sexual, pois dessa forma, os professores que lecionam nas escolas públicas para os filhos da classe trabalhadora participam ativamente no processo de desconstrução de dogmas criados em relação à sexualidade e à educação, devido à busca por um “saber crítico, não somente valorizando o significado humano e social da cultura, mas também contribuindo para desvelar as contradições da estrutura social que sustenta as relações sociais vigentes” (Libâneo, 2006, p. 76).

Dessa maneira, compreende-se que a formação de professores com a presença no currículo de estudos sobre a diversidade sexual é uma possibilidade de interpretar a realidade de pessoas LGBTQIA+ e os processos opressivos que as cercam. Para isso, alinhar os estudos sobre diversidade sexual na formação de professores torna-se indispensável para a compreensão da LGBTQIA+fobia, e também para o seu enfrentamento.

Teixeira (2013), inspirado nas teorias de Gramsci, aponta para uma formação de docentes, capaz de romper com o sentido prático superficial de perceber a realidade, concebendo “[...] uma compreensão indissociável entre teoria e prática que deve ser apropriada conscientemente e historicamente” (Teixeira, 2013, p. 79). Nesta perspectiva, compreende-se que problematizar a própria realidade e apropriar-se de conhecimentos em torno da diversidade sexual é uma possibilidade de enfrentamento à LGBTQIA+fobia em tempos neoconservadores e neoliberais.

Biancon (2016, p. 65) afirma que a formação de professores deve valorizar a competência da(o) docente, visto não por uma perspectiva neoliberal e uma concepção prático-utilitarista, mas por uma concepção relacionada ao compromisso político. Com isso, problematiza-se a necessidade de ampliar debates que englobem a diversidade sexual nos processos formativos, pois estas discussões oportunizam o fortalecimento do compromisso político e uma leitura crítica da realidade.

Com efeito, Freire (1987) defende que o homem deve apropriar-se da cultura criticamente e de forma reflexiva, sendo esse processo indispensável para a condição humana. Compreende-se que a formação de professores é uma possibilidade da construção de ideias baseadas na unidade que surge por intermédio do diálogo presente nas diversas culturas que compõem as salas de aula.

Freire (2003) explica que a unidade entre as diversas culturas requer, além de todo o conhecimento, a compreensão crítica que as “minorias” devem ter sobre os problemas que as cercam. Nesta perspectiva, compreender criticamente a construção social e cultural sobre a diversidade sexual e da LGBTQIA+fobia torna-se necessário para fomentar ideias para o enfrentamento de violências LGBTQIA+fóbicas nos ambientes educativos. Essa criticidade facilitará na compreensão de estruturas de poder que normatizam apenas modelos binários como corretos para a vivência em sociedade.

Noro (2019, p. 126) discorre que a possibilidade de acesso a estas temáticas na formação de professores é necessária para uma mudança de atitudes, valores e posturas diante da comunidade escolar e se expande para os demais núcleos sociais, num esforço conjunto para superar o preconceito arraigado. Em sua análise, a autora compreende que o acesso a essas temáticas na formação de professores é capaz de despertar inúmeras mudanças nos âmbitos social e escolar, sendo este acesso promotor de perspectivas de superação do preconceito LGBTQIA+fóbico que está arraigado na sociedade.

Os currículos dos cursos de formação inicial das universidades e faculdades para professores/as (graduação) precisam ter conteúdos específicos sobre o respeito à diversidade sexual, para que estejam preparados/as para acolher efetivamente os/as estudantes LGBT e agir diante dos problemas que surgem nas escolas (ABGLT, 2016, p. 69).

É preciso destacar a necessidade da inserção de conteúdos específicos sobre o respeito à diversidade sexual para que os docentes sejam parte do enfrentamento à LGBTQIA+fobia na educação e em outros meios sociais. Logo, compreende-se que a formação de professores para as diversidades é indispensável para o enfrentamento do preconceito presente nos ambientes educacionais.

Noro (2019, p. 133) afirma que os estudos da diversidade sexual na formação de professores visam agregar conceitos que possam chegar à comunidade escolar. Nesta mesma discussão, a autora ressalta que é necessário o esforço conjunto para superar os obstáculos que dizem respeito às questões pessoais arraigadas numa sociedade que precisa conhecer, reconhecer e valorizar as diferenças.

Compreende-se que são inúmeros os desafios para a superação da violência LGBTQIA+fóbica na educação, devido ao fortalecimento de grupos da extrema-direita. Logo, entende-se que deve existir um processo de resistência por parte das universidades e dos professores que fundamentam seus estudos sob temáticas em gênero e sexualidade.

A construção da prática do respeito, cidadania e acolhimento frente ao conceito impetrado de uma sociedade que reconhece apenas a heterossexualidade como

orientação sexual e a cisgeneridade como identidade de gênero indica a urgência em minimizar a evasão e exclusão escolar das pessoas LGBT. O percurso é longo, uma vez que precisa abdicar dos contrassensos conceituais que interceptam e geram uma defasagem de muitos anos nas discussões sobre o tema (Noro, 2019, p. 134).

Esse esforço para a ampliação do acesso a estudos da diversidade sexual para os docentes em formação deve ser indispensável, pois existe uma urgência para minimizar violências que causam a evasão e a exclusão escolar de pessoas LGBTQIA+. Compreende-se que os estudos da diversidade sexual e de gênero na formação de professores são capazes de problematizar processos opressivos contra pessoas LGBTQIA+ nos ambientes escolares, e aponta-se para a necessidade da compreensão crítica sobre a diversidade sexual como uma forma de engajamento dos professores em formação contra a LGBTQIA+fobia, que intensificou-se com a inserção da extrema-direita no Brasil e tem causado a propagação de opressões contra as sexualidades desviantes da matriz heterossexual.

Neste sentido, proporcionar o acesso da temática da diversidade sexual na formação de professores é indispensável, pois existe uma necessidade de conhecimento e reconhecimento das identidades LGBT's nos ambientes escolares. Para Noro (2019):

[...] é necessário conhecer e reconhecer a forma correta de reportar-se às pessoas com orientação sexual não-heterossexual e identidade de gênero não-cisgênera, o que surge pelo conhecimento, oriundo de leituras, estudos, discussões, formações e debates, indicando caminhos para minimizar o preconceito (p. 134).

Sob esta análise é possível verificar possibilidades de enfrentamento à LGBTQIA+fobia por intermédio dos estudos da diversidade sexual e identidade de Gênero na formação de professores. É sob a compreensão histórica e crítica da realidade e da diversidade existente na sociedade que se apontam os estudos da diversidade sexual na formação de professores como um processo contra-hegemônico capaz de denunciar discursos ideológicos neoconservadores e neoliberais contra estudantes LGBTQIA+.

6 Considerações Finais

Portanto, aponta-se que é preciso compreender, sob um viés histórico, a construção dos processos opressivos sobre as sexualidades “desviantes”, e também como as ideologias neoconservadoras e neoliberais buscam perpetuar divisões e opressões entre os grupos heterossexuais e as demais sexualidades.

Destaca-se que esse exercício é importante para o enfrentamento à LGBTQIA+fobia por parte dos docentes, tornando-os capazes de compreender, sob a

perspectiva dos estudos da diversidade sexual, os processos opressivos em torno de pessoas LGBTQIA+, assim como a sua aceitação. É necessário fazer denunciar os processos que envolvem as políticas formativas no Brasil como as bases nacionais comuns curriculares e suas implicações no processo de controle sobre estas discussões nos currículos de formação de professores.

Com base em estudos de Freitas (2018) compreende-se que os grupos neoconservadores e neoliberais, agem de maneira escancarada para frear as discussões de sexualidade tanto na educação básica, quanto na formação do professorado brasileiro, mantendo, assim, o modelo da educação bancária denunciado por Freire.

7 Referências

BARROCO, Maria Lucia S. *Não passarão: ofensiva neoconservadora e Serviço Social*. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2021.

BIANCON, Mateus Luiz. *Educação em sexualidades crítica: formação continuada de professoras (es) com fundamentos na pedagogia histórico-crítica* / Mateus Luiz Biancon. Maringá: s. n., 2016.

BORRILLO, Daniel. A Homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Org.). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres/EdUnB, 2009. p. 15-46.

FEITOSA, Danilo Silva.; SANTOS, Geisa. dos; SILVA, Sandra. Regina. *Paulo Freire e a pedagogia libertadora: uma ameaça à perspectiva de educação neoliberal da (extrema) direita no Brasil*. **Filosofia e Educação**, v. 14, n. 1, p. 201–221, 2022. <https://doi.org/10.20396/rfe.v14i1.8668581>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: em reencontro com a pedagogia do oprimido*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, PAULO. *AÇÃO CULTURAL PARA A LIBERDADE*. 5. ED. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1981.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ Debora (Orgs.). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres : EdUnB, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009. V.32. p.85-93

NORO, Deisi. *Diversidade Sexual e de Gênero na Formação Docente: Heteronormatividade diante das neurociências*. 2019. 147 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ROMÃO, JOSÉ. CONTEXTUALIZAÇÃO – PAULO FREIRE E O PACTO POPULISTA. IN: FREIRE, P. *EDUCAÇÃO E ATUALIDADE BRASILEIRA*. 3. ED. SÃO PAULO: CORTEZ; INSTITUTO PAULO FREIRE, 2003.

ROSA, Marcelo. *Discursos científicos sobre a homofobia no processo de escolarização: enunciados e problematizações*. 2016. 255p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

SAVIANI, Demerval. *Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas*. 2011.

SAVIANI, Demerval. Marxismo, educação e pedagogia. In: DUARTE, N.; SAVIANI, D. (org.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. p. 59-86.

TEIXEIRA, Luiz. *Formação do educador ambiental: reflexões de um professor da escola pública*. 2013. 276 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2013. Disponível em: Acesso em: 12 jul. 2022.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Metodologia da Pesquisa*. Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

VENTIMIGLIA, Rafael; MENEZES, Aline Beckmann. *Lgbtfobia na Escola: Possibilidades para o Enfrentamento da Violência*. Curitiba: Editora Appris, 2020.